

Nem maiores, nem menores. Do tamanho do Império: representações discursivas alegóricas de Sebastião da Rocha Pita¹

Neither greater, nor minor. Of the Empire size: allegorical discursive representations of Sebastião da Rocha Pita

Eduardo Sinkevisque

Universidade de São Paulo

Resumo: Demonstra-se como, na primeira metade do século XVIII, Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) em variados textos constrói formulações alegóricas para seus argumentos. Analisam-se excertos de escritas de vários gêneros compostos por ele. Nomeadamente, *Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo (...)*; *Sumário da vida e morte da exma. senhora D. Leonor Josefa de Vilhena (...)*; *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita (...)*; *História da América Portuguesa (...)*; *Tratado Político*. A hipótese de trabalho é a de que as analogias retórico-poéticas mobilizadas formam alegorias, porque metáforas continuadas, metáforas narrativas. Com elas, o letrado representa o tamanho do Império à proporção de heróis, varões, senhoras, mecenas, entre outras “pessoas de representação”.

Palavras-chave: Retórica; Alegoria; Encômio; Decoro; Sebastião da Rocha Pita

Abstract: It is shown how in the first half of the 18th century Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) in various texts builds allegorical formulations for his arguments. The texts are *Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo (...)*; *Sumário da vida e morte da exma. senhora D. Leonor Josefa de Vilhena (...)*; *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita (...)*; *História da América portuguesa (...)*; *Tratado Político*. The working hypothesis is that the rhetorical-poetic analogies mobilized in the texts form allegories, because they are continuous metaphors. With them Rocha Pita represents the size of the Empire in proportion to heroes, men, ladies, patrons, among other representative people.

Keywords: Rhetoric; Allegory; Praise; Decorum; Sebastião da Rocha Pita

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada oralmente no CAPH – Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda - em novembro de 2019. Aqui, cabe agradecer à Professora Ana Paula Torres Megiani pelo convite.

Propõe-se pensar em que medida Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) constrói argumentos alegóricos em seus discursos à proporção do Império português e à proporção do encômio à figuras tidas como ilustres, “pessoas de representação”, como heróis, varões, senhoras, mecenas do Império português. Não está em causa uma ideia de Império português na primeira metade do século XVIII, nem estudar os textos de Sebastião da Rocha Pita do ponto de vista de seus gêneros². Para demonstrar a hipótese da proporção decorosa nos textos de Rocha Pita, serão lidos os escritos do acadêmico Vago, da Academia Brasílica dos Esquecidos, e acadêmico supranumerário da Academia Real de História Portuguesa.

Ainda que a discussão, aqui, não seja sobre o conceito de Império, nem o foco seja descrever e analisar o chamado Império português no (e do) século XVIII, como Império português, entenda-se como pensa Vera Lúcia Amaral Ferlini no “Prefácio” de *Modos de Governar*:

[n]a vertente do Império, as conquistas lusas – na América, na África e no Oriente – possuíam, cada uma delas, dinâmicas próprias, que se articulavam com o centro da Monarquia em Portugal, e, principalmente, entre si, conectando-se umas às outras em diferentes arranjos temporais e espaciais. (FERLINI, 2005, p. 11).

Ferlini remete ao trabalho organizado por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa: “O Antigo Regime nos trópicos”. A dinâmica imperial portuguesa - séculos XVI – XVIII (2001). Ao considerar as relações não apenas da metrópole, Ferlini, para além de conceituar Império Português no Antigo Regime, não descarta a “utilização do conceito de Antigo Sistema Colonial, como base do entendimento da dinâmica do período”. Ferlini ainda argumenta ser

preciso trazer à tona, como resultado e não como pressuposto *a priori* [sic], o que faz desse Império também uma especificidade, que o distingue das formas anteriores e posteriores de arranjos imperiais: as estruturas e as dinâmicas do Antigo Sistema Colonial. (FERLINI, 2005, p. 12).

Mafalda Soares da Cunha vale-se do conceito de “Império Atlântico” nos séculos XVI e XVII, em seu texto, no livro organizado e prefaciado por Ferlini:

[o] Império português era constituído por territórios de desigual valor para a Monarquia e que podemos hierarquizar a partir do seu peso econômico, militar e simbólico, elementos estes que estão patentes e indicadores como a titulação dos cargos de governo, os ordenados dos governantes e a atracção [sic] social que suscitavam (...). O Estado do Brasil encimava a lista, sucedendo-se Angola, Cabo Verde e São Tomé. Só depois os governos do Maranhão, do Rio de Janeiro, a capitania-mor de Grão-Pará e Maranhão e, finalmente, a capitania-mor do Cacheu (CUNHA, 2005, p. 72-73).

Em poucas palavras, o sistema colonial remete à exploração metropolitana. Império português refere-se à autonomia das partes, das várias colônias na América, na África e na

² Para um conhecimento, basicamente, do gênero histórico nos principais textos de Rocha Pita, cf. (SINKEVISQUE, 2000 a e b); (SINKEVISQUE, 2015); (SINKEVISQUE, 2020).

Ásia. Império é uma totalidade política, que necessariamente tem um centro. Os agentes da colonização vivem em colônias, mas sempre se remetem à Metrópole. A noção de Império expande a relação, mas ao longo do tempo consolidou-se um sistema. Império tem, também, um sentido jurídico, do Direito Natural, que se pode colher, também para o século XVIII, em noções de Francisco Suárez, por exemplo. Eduardo Romeiro de Oliveira se ocupa desse conceito em um trabalho: “Ainda no século XVII, a noção de império designava o supremo poder civil e sua identificação com o poder legislativo. Assim o encontraremos descrito, por exemplo, em Francisco Suarez, ao justificar a necessidade social do poder político” (OLIVEIRA, 2005, p. 230).

Suárez, nas palavras de Oliveira, doutrina que

parte do princípio de que um poder público é necessário a um ‘corpo político’, para que este busque o ‘bem comum’ - que é a própria conservação deste corpo. Suarez admite em seguida que o poder público atua sobre toda a comunidade e tem eficácia obrigacional e coercitiva. Este poder seria exercido através do império civil: dos poderes de dar leis políticas e o de julgar; e pelos quais o poder público adquire sua eficácia. Suarez recorria à noção de império para delimitar um supremo domínio político, tomava o termo em seu uso latino: do antigo direito romano de *legitimum imperium*, em que o poder existe como um direito. Em outras palavras, o poder político se exerce proclamando uma ordem como lei. O teólogo jesuíta distinguirá entre o sentido supremo de império e o sentido restrito de império (*tnerurn imperium*), corrente no direito civil da época. Este sentido restrito trata-se do direito de um magistrado para castigar os crimes até com pena de morte. Enquanto que o sentido supremo de império é mais do que a faculdade de dar ordens ou punir: o império designa uma supremacia civil; a qual inclui o poder legislativo, o poder de julgar e que tem força coercitiva. Através destes poderes instituídos e por sua força, o príncipe exerceria um domínio ou governo político - por conseguinte, um *império*. (OLIVEIRA, 2005, p. 230).

Entretanto, essa noção será debatida por teólogos católicos, o que escapa aos limites deste artigo. Aqui, serão selecionados trechos de poemas, elogios fúnebres, oração, tratado e história, textos de gêneros diferentes, mas etiquetados com a autoridade Sebastião da Rocha Pita³. Os excertos explicitam a proporção decorosa aludida no título deste artigo, como representação decorosa da relação de interlocução do letrado Rocha Pita com seus superiores hierárquicos, nomeadamente, Rei (D. João V), Vice-Rei (Luiz César de Menezes), entre outros mecenas, senhores, como o Conde de Vila Verde, o Marquês de Angeja, D. Pedro Antônio de Noronha e senhoras, pessoas de sangue puro e de representação, a quem Rocha Pita dedica suas produções e a quem elogia em suas produções. Os textos explicitam, sobretudo, a proporção decorosa entre os escritos e o tamanho que esses escritos constituem, inventam, figuram. Em outras palavras, compõem o tamanho do Império Português de Antigo Regime e suas porções e/ou proporções. Por decoro (*decorum* ou *prépon*) entenda-se adequação do discurso, seu gênero, a quem se dirige e quem o profere. Entenda-se por proporção decorosa a relação proporcional entre os interlocutores e o representado por eles e por meio do discurso. A questão aqui é menos Rocha Pita e mais um procedimento discursivo de interesse na relação entre letras do século XVIII e uma ideia de

3 Para uma leitura sobre como Rocha Pita foi interpretado desde o século XVIII, passando pelo século XIX, até o início do século XXI, questões relacionadas ao “Barroco”, refutação da categoria analítica *barroco*, cf. SINKEVISQUE (2000 a) e SINKEVISQUE (2007). Alguns dos trabalhos mais recentes, à exceção dos de Sinkevisque, são, por exemplo, SILVEIRA (2017) e CHAUVIN (2020).

Império em uma ideia de proporção, de como representar esse Império. É verificável em Rocha Pita a presença dessa alegoria, dessa metáfora continuada, dessa proporção entre os escritos e o tamanho do Império e por quem o Império é representado, os homens de representação, governantes, elite branca pura de sangue, senhoras e senhores. É este o conceito de proporção decorosa que o artigo propõe. Em outras palavras, trata-se, aqui, de defender a hipótese de uma interpretação da noção de Império nos escritos de Sebastião da Rocha Pita, o que o letrado constrói como noção de Império, proporcional, em proporção à vasta expansão territorial, em várias colônias, com o tamanho de quem ele elogia e a quem ele dedica seus escritos. Lembre-se de que todos os textos discutidos são encomiásticos, são louvores. Rocha Pita faz encômio ao Império nas pessoas de representação elogiadas, que representam o Império. Mostra-se como é proporcional essa relação de interlocução, como são proporcionais as metáforas para a construção da grandeza do Império e como Rocha Pita ergue um Império discursivo a partir das metáforas que usa, a partir dos discursos que compõe. Essa operação é recorrente em vários, se não em todos, os gêneros com os quais o *auctor* trabalha.

No *Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo que na insigne cidade da Bahia, cabeça da América portuguesa, se viu na morte d'el rei D. Pedro II* (1709), elogiando D. João V, Rocha Pita mobiliza, no início da dedicatória, o conceito de representação em termos proporcionais, simétricos:

não estranhará, que no feliz ingresso do seu Império, entre os arcos triunfais da sua coroação lhe ponha diante nestas memórias fúnebres a representação daquilo, a que se reduzem as maiores grandezas temporais (...). [N]a fortaleza do Herói, como nas virtudes de Rei, parecia mais permanente, & se supunha mais dilatada (PITA, 1709, s/n).

Por sua vez, no início do discurso, propriamente, do *Breve Compêndio e Narração*, termos como império, esfera, orbe, domínio são também explicitados. Termos que se repetem nos outros escritos de Rocha Pita:

deixou a brilhante Esfera do seu Império ao mais digno substituto das suas luzes, & caminhando apressadamente para o seu ocaso, fez do Real Templo de S. Vicente o seu sepulcro (...). A notícia infausta desta fatal ausência [morte de D. Pedro II], que em termo breve enlutou de sombras os remotos espaços do Orbe Português, chegou esta Bahia, a mais estendida Zona do seu domínio (...) (PITA, 1709, p. 1).

Avançado já no elogio fúnebre a D. Pedro II, o letrado lança mão da tópica da razão de Estado em chave providencialista, tópica que será discutida quando se fizer menção ao “Discurso Segundo” do *Tratado Político*:

[d]esta sorte encomendavam a Deus nosso Senhor aquela Alma ditosa, que em Coros celestes ouvindo Angélicos cânticos, piamente devemos crer estará rogando à suprema Majestade pela conservação dos seus vassalos, aumento dos seus Reinos, & último complemento da promessa divina feita no campo de Ourique ao primeiro fundador da sua Monarquia (PITA, 1709, p. 15-16).

Já no final do *Breve Compêndio e Narração* explicita-se a proporção decorosa entre discurso, representação, Império e Rei:

[c]omparado com a matéria foi breve o discurso: porém nele (como os Cosmógrafos, & Aritméticos, reduzindo a um ponto o incompreensível, & a uma cifra o infinito) conseguiu o fazer das inexplicáveis virtudes de tão grande Monarca um acertado Epílogo, em que as suas sempre veneradas memórias serão mais permanentes (...) (PITA, 1709, p. 18).

No Livro Nono da *História da América Portuguesa*, Rocha Pita também diz ser “notícia infausta” a “sempre lamentável morte do nosso Augusto Monarca o Senhor Rei D. Pedro II sucedida aos nove do mês de Dezembro do ano de mil e setecentos e seis” (PITA, 1878, p. 363). Após fazer o retrato encomiástico de Pedro II, no elogio a D. João V, seu sucessor, repõe a proporção decorosa em semelhança aos outros exemplos da demonstração do uso desse expediente discursivo. Vejam-se termos como “esfera”, “Estrelas”, “astrolábio”:

para enxugar as lágrimas de tanta perda, deixou o melhor sucessor, que podia, ficar à Monarquia, no Augustíssimo Senhor Rei D. João V que Deus muitos anos guarde, dotado de tantos, e tão Reais atributos, que para narrarmos os sucessos da nossa Portuguesa América debaixo do seu domínio, houvéramos de principiar agora de novo a História com locução mais elegante, e maiores rasgos da pena, se a Sucessão dos tempos, a ordem dos fatos nos não precisara a reduzir a estes dois últimos livros a matéria, de que ponderamos colher todo o volume; e seriam as suas heroicas ações todo o emprego do nosso assunto, se a rutilante esfera das suas virtudes poderá ser calculada de humano astrolábio, ou as suas incomparáveis prerrogativas permitiram contar-se por outro número, que o das Estrelas. Mas na impossibilidade de compendia-las, só de duas faremos precisa memória, pelo grande exemplo que delas resulta aos Monarcas poderosos, e Cristãos, as quais são o singular Religioso culto, que rende à nossa Igreja Católica, e a magnífica generosidade, que no seu Real ânimo acham tanto os naturais, como os estranhos. (PITA, 1878, p. 365).

No *Sumário da vida e morte da exma. senhora D. Leonor Josefa de Vilhena e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia* (1721), Rocha Pita atualiza a grandeza do império nas relações de proporção que se vem demonstrando:

[a] Excelentíssima Senhora D. Leonor Josefa de Vilhena [seguem os epítetos todos do elogio à morta] (...) como rio de uma fecunda fonte, & de um profundo lago de nobreza, pelo trânsito de muitos séculos, continua o seu curso com a mesma grandeza que traz da sua origem, ou como raio vibrado do seu primeiro Planeta, dilatado por distantes horizontes o seu resplendor com o próprio lustre, que recebeu no seu oriente (PITA, 1721, p. 1).

Segue discursando em tom hiperbólico planetário, alegórico (sobre a grandeza da morta), pois em metáfora continuada: “com este digníssimo emprego, naquele mais que humano hemisfério, foi uma das estrelas, em que melhor brilham as luzes dos seus Augustos Planetas (...)” (PITA, 1721, p. 2).

Ao dizer que “lamentou toda nação Portuguesa” a morte de D. Leonor Josefa de Vilhena, para além de substancializar Portugal, traz o conceito de *nação*. Esse conceito pode ser lido

conforme preceitua Quintiliano nas “Instituições Oratórias”, explicado adiante, tão logo se apresente o trecho para análise.

Antes de passar à descrição do túmulo e do aparato fúnebre, Rocha Pita elogia o marido de D. Leonor Josefa de Vilhena, o “Senhor D. Rodrigo da Costa” que,

em relevantes empregos nas regiões mais remotas, ou nos membros mais apartados [do corpo político], que por todo âmbito do mundo compõe o vastíssimo corpo do dilatado Império Português, & abraça o estendido círculo da sua Coroa, & requerem tanto maior cuidado, quanto mais distantes ficam do coração da Monarquia, o levou o merecimento, & a obediência, uma vez ao Brasil, & outra à Índia, surcando longos mares, & atropelando perigos, que ainda depois de passados, poderiam causar susto ao ânimo mais intrépido (PITA, 1721, p. 4).

Ao conceito de nação juntam-se o de origem e o de pátria para o retrato encomiástico fúnebre. Juntam-se não apenas no ensinamento retórico (oratório) de Quintiliano, mas explicitado (em semelhança à prosa do elogio fúnebre) em um soneto de Rocha Pita, impresso também no *Sumário da vida e morte da exma. senhora D. Leonor Josefa de Vilhena e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia*. É ele o “Epitáfio a Excelentíssima Senhora Dona Leonor Josefa de Vilhena – Soneto – Do mesmo autor”:

foi Leonor no maior Reino gerada, / Das prendas mais gentis enriquecida, / Do mais ilustre sangue produzida, / Com o melhor consorte desposada. // Deixou a descendência mais amada, / A mais famosa Corte enterneçada, / Logrou em curso breve heroica vida, / E foi com longo pranto sepultada. // O concurso de glória relevante, / Que lhes neste Epitáfio sem segundo, / Não acharás em outro, oh caminhante. // E nota que ao cadáver tão fecundo, / Que em pouca terra jaz na Pátria amante, / Lhe dá por urna a fama todo mundo. (PITA, 1721, p. 18).

Para além da tópica da brevidade da vida, no soneto fúnebre há como foi dito e mostrado lugares-comuns de pessoa, *loci a persona*, preceituados nas “Instituições Oratórias” (5,10), de Quintiliano. Rocha Pita elogia a origem (*genus*) da senhora morta. Essa tópica propõe que os filhos se assemelhem aos pais, aos ancestrais. A semelhança influi na vida honesta do tipo elogiado. Em Portugal, no século XVIII, origem põe em cena a oposição fidalgo/não-fidalgo; bem-nascido/mal-nascido. No caso, atribui honra pela qualificação dos pais como limpos de sangue. Nação (*natio*) é o lugar de pessoa com o qual se elogia ou vitupera os costumes do retratado. Dona Leonor é elogiada por ser branca e católica. Os critérios são os de raça e de religião. Pátria, termo explicitado, é pátria ou cidade (*patria*), no caso Salvador, na Bahia, onde viveu Dona Leonor e foi enterrada. Para o propósito, aqui, esses são os lugares de pessoa de interesse. Com eles, Rocha Pita atualizará seus outros discursos, *Tratado Político*, *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita Presidindo na Academia Brasílica*, poemas escritos na Academia Brasílica dos Esquecidos e *História da América Portuguesa*, textos comentados a seguir no tocante ao tamanho do império, à proporção decorosa de algumas de suas representações.

Antes, convém dizer ainda que de modo resumido como representação é pensada aqui. Entende-se por representação “formas de representação”, isto é, o proferível (dito, pintado

etc.) como “uso particular, em situação, de signos no lugar de outra coisa”; como “a aparência ou presença da coisa ausente produzida na substituição”; como “a forma poético-retórica da ausência”; como “a posição hierárquica encenada na forma como tensão e conflito de representações” (HANSEN, 2002, p. 11-12). Dos inúmeros poemas escritos por Rocha Pita em ambiente acadêmico, na Bahia dos Setecentos, três deles podem exemplificar a proporção decorosa do tamanho do Império/suas representações. Citam-se sonetos como: “Em louvor do Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses (...) que fez em Palácio na sua presença”; “Em louvor da nossa Academia com o título de Brasília”; “Na reflexão feita no dia em que se deu forma à nossa Academia, sobre ser o de Santo Tomás de Aquino”. Antes de comentá-los, é bom que se diga que, provavelmente, os sonetos são acompanhados de didascálias, que são esses títulos compridos (aqui abreviados) e explicativos, didáticos. Como não foram consultados os manuscritos transcritos pela equipe do professor José Aderaldo Castelo, não se sabe se as didascálias são atribuições ou se foram redigidas por Rocha Pita (ou por algum secretário da academia). Sabe-se, por exemplo, que a “Notícia” da fundação da academia é um discurso sem título. O Termo “Notícia” foi atribuído quando Castelo publicou o material do chamado, por ele, “Movimento Academicista”. A questão, entretanto, é mostrar de que modo se faz o encômio ao império nos exemplares poéticos mencionados, pois em semelhança com os escritos em prosa do letrado em termos de proporção decorosa.

No poema “Em louvor do Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses (...) que fez em Palácio na sua presença”, Rocha Pita faz o retrato do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses de modo a figurá-lo como César Português. Homem severo, prudente, clemente, um Alcides Valente, “sem fero”, um Júpiter “presente”. No poema “Em louvor da nossa Academia com o título de Brasília”, o encômio à Academia Brasília é figurado por termos como “Esfera” de “toda grandeza”, “pois não hão de faltar aos seus desenhos / suavidade na Pátria da doçura / agudeza na terra dos Engenhos”. No poema “Na reflexão feita no dia em que se deu forma à nossa Academia, sobre ser o de Santo Tomás de Aquino”, Pita acomoda a efeméride da criação da Academia dos Esquecidos com a data comemorativa de nascimento de Santo Tomás de Aquino, atribuindo à academia essa honra, que é a da coincidência da data: “No dia da maior honra de Aquino / se instituiu o emprego soberano, / de falar deste Império Americano / por belo, e por remoto peregrino (CASTELO, 1978, p. 63, 93,95).

Na dedicatória da *História da América Portuguesa*, ao lançar mão da modéstia afetada, antiga tópica da humildade, estratégia de conquistar a benevolência do leitor, Rocha Pita faz uso da proporção decorosa, em semelhança ao que se vem demonstrando.

SENHOR.

A América Portuguesa, em toscos, mas breves rasgos, busca os soberanos pés de Vossa majestade, porque a obrigação, e amor a encaminham ao Monarca Supremo, de quem reconhece o domínio, e recebe as Leis, e a quem com a maior humildade consagra os votos, implorando a Real proteção de Vossa Majestade, porque ao Príncipe, que lhe rege o Império, pertence patrocinar lhe a História. Nela verá Vossa Majestade em grosseiro risco delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe antigo, que compreende o círculo da sua Coroa, é a maior da sua Monarquia (SINKEVISQUE, 2105, p. 29).

Termos como orbe, círculo acompanhados do epíteto “grande” substancializado em “grandeza” se repetem e se complementam:

[s]e o quadro parecer pequeno para a ideia tão grande, em curtos círculos se figurarão as imensas Zonas, e Esferas celestes; em estreito mapa se expõem as dilatadas porções da terra: uma só parte basta para representar a grandeza de um corpo; um só Simulacro para simbolizar as Monarquias do Mundo: faltar-lhe-á o pincel de Timantes, para em um dedo mostrar um Gigante; a inteligência de Daniel, para em uma Estátua explicar muitos Impérios; mas sobra-lhe a grandeza de Vossa Majestade, em cuja amplíssima superior Esfera se estão as suas Províncias contemplando como estrelas: só com ela pode desempenhar-se o livro; prenderá as folhas, se Vossa Majestade soltar os raios, que eles alumiarão (com Reais vantagens) mais âmbitos dos que pretende ilustrar a pena, existindo estes borrões só na forma, em que às luzes podem servir as trevas (SINKEVISQUE, 2015, p. 29).

O letrado afirma descrever na *História da América Portuguesa* uma das maiores regiões da terra. Para isso pede que D. João V permita

que dos resplendores dessa própria Esfera Regia tire uma luz para iluminar as sombras dos [seus] escritos, sem o delito de Prometeu, em roubar um raio ao Sol, para animar o barro da sua estátua; tanto se deve pedir a um príncipe, em tal extremo generoso; e tudo pode conceder um Monarca, como Vossa Majestade, por todos os atributos grande (SINKEVISQUE, 2015, p. 30).

Essa ideia de grandeza e a tópica *pátria* se repetem no “Prólogo” da *História da América Portuguesa*:

[ó] Leitor discreto, (...) [o] costume sempre notado nos Portugueses de conquistarem Impérios, e não os encarecerem, é causa de que tendo criado o Brasil talentos por eminencia grandes, nenhum compusesse a História desta Região, com maior glória da pátria, da que pôde lograr nos meus escritos, tomando eu com inferiores forças o peso, que requeria mais agigantados ombros; porém o respeitado caráter, em que por sua grandeza, e não por merecimento meu, me constituiu a Real Academia, honrando-me com o preclaríssimo lugar de seu Acadêmico, me dará alentos de Hércules para sustentar pesos de Atlante (SINKEVISQUE, 2015, p. 30-31).

Evidenciam-se no trecho acima aspectos imperiais e decorosamente proporcionais, como se vem perseguindo, porém chama atenção o uso do conceito de discreto, cuja relação de interlocução está pressuposta nos excertos trazidos aqui. O discreto **é um tipo dotado de juízo, diferente do vulgar. É o sujeito da enunciação, destinatário e tema dos discursos. Especifica o decoro dos gêneros e estilos, como um tipo ou modelo, produzindo** representações de superioridade. Com o conceito de discreto, e com os conceitos de mecenato/mercês pode-se pensar a posição social do letrado no Setecentos português. A posição do letrado é também hierárquica. Conquistam-se prestígio e posição social por ser letrado nas colônias portuguesas e por pertencer a academias, ser proprietário, branco e limpo de sangue, como é o caso de Sebastião da Rocha Pita, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, ser patrocinado, ter mecenas e estabelecer relações de mercê, da política das mercês.

Mecenato e mercês podem ser definidos como subespécies da política clientelista dos favores. Mecenato é patrocínio. No século XVIII, mecenato inclui a mercê, mas nem toda mercê pressupõe mecenato. Por exemplo, o poderoso, como Mecenas, encomenda um poema para a circunstância X ou Y e, em pagamento, faz ao letrado uma mercê, que pode ser dinheiro, um título, uma roupa nova, um favor etc. Ao mesmo tempo, faz-se a mercê como uma doação, uma dotação, um favor também para pessoas que não são letrados. Em todos os casos, fazem-se mercês, mas a mercê que ocorre na relação de mecenato é específica da relação do protetor/protegido. Os “favores” parecem ser mais fluidos e mais perversos, particularizados nas nomeações, no resultado das causas judiciais etc. Não há a necessidade do pagamento direto do trabalho, mas o trabalho é patrocinado pelo elogiado⁴. Rocha Pita escreve patrocinado, uma vez que tanto a Academia Brasílica dos Esquecidos quanto a Academia Real de História portuguesa são patrocinadas. Rocha Pita é acadêmico da primeira e supranumerário da segunda. Rocha Pita é súdito, sujeitado, é vassalo da Coroa, como os demais letrados do Setecentos português. Íris Kantor demonstrou “as dinâmicas sociais e políticas subjacentes ao processo de formação da historiografia acadêmica luso-americana setecentista”, ocupando-se das academias dos Esquecidos e dos Renascidos. Kantor indaga sobre “o modo como a historiografia luso-americana assimilou a tradição historiográfica portuguesa, construindo uma imagem de si (...) diferente da concebida pela historiografia imperial metropolitana”. (KANTOR, 2004, p. 17).

Neste sentido, pode-se dizer que Rocha Pita e os demais letrados do Estado do Brasil do século XVIII ocupam lugares sociais assimiladores dos usos chamados tradicionais historiográficos praticados na metrópole, mas diferenciando-se em virtude das dinâmicas sociais e políticas locais.

Conforme propõe João Adolfo Hansen, o discreto é

um modelo de representação nas práticas ibéricas dos séculos XVII e XVIII. Define o ideal de excelência humana, segundo a racionalidade de corte das monarquias do Antigo Regime. O tipo do discreto tem a reta razão dos factíveis e dos agíveis. Caracteriza-se pela sagacidade, derivada da perspicácia e versatilidade (HANSEN, 1997, p. 1).

Discreto é o modo como Rocha Pita se refere ao leitor não apenas da *História da América Portuguesa*. É também no *Tratado Político*. Veja-se o início do “Prólogo” do *Tratado*: “Os anos passados, oh leitor discreto, as mudanças do tempo e da fortuna, os estrondos marciais e as pretensões das coroas, o temor do aumento das monarquias (...) me trouxeram ao pensamento a memória dos princípios progressos e fins das antigas monarquias”.

Na dedicatória do *Tratado Político*, o que se vem chamando de proporção decorosa dos escritos frente ao que eles representam também se verifica:

uma dedicatória não tem esfera em que possa caber concurso de tantos astros, e tanto número de constelações. Não estranhe Vossa Ex.^a que em tão breve volume me atrevesse a reduzir tão grande matéria, e em tão poucas folhas tantos assuntos // Pois em curtos círculos se figuram as imensas zonas, e esferas celestes, em estreito mapa se retratam

4 Sobre políticas de mecenato, mercês e graça cf. TEIXEIRA (1999); OLIVAL (2001); HESPANHA (1993); HESPANHA (2000).

as dilatadas porções da terra, um só membro basta para representar a grandeza de um só corpo, um só simulacro para simbolizar as monarquias do mundo, e não é necessário ser Timantes para em um só dedo pintar um gigante, nem Daniel para em uma estátua decifrar muitos mistérios. E se esta minha obra posto que sublima pelo objeto for pelo autor indigna de se encaminhar a Vossa Ex.^a a não deve desprezar por sua grandeza, porque a imensidade do oceano tanto recebe o tributo soberbo de caudalosos rios, como a propensão de arroios humildes (...) (PITA, 2014, p. 96-98).

A “Dedicatória” do *Tratado Político* desempenha tópicos de modéstia afetada e encômio, sendo que o encômio é feito no sentido de pedir proteção e amparo ao Senhor D. Pedro Antônio de Noronha. Sebastião da Rocha Pita afirma não competir no talento com nenhum dos grandes “escritores” que o antecederam, em uma demonstração de humildade, mas se igualar na proteção recebida, solicitando para os seus escritos a sombra da “excelentíssima” pessoa do conde de Vila Verde. Traz à memória ocasiões em que autores antigos procuraram refúgio em heróis, como Virgílio, que buscou o favor de Augusto, Plínio, o de Trajano. A mesma comparação é encontrada no segundo parágrafo da *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita Presidindo na Academia Brasílica*, na forma de uma passagem idêntica à da “Dedicatória” do *Tratado Político*, em que o letrado pede proteção e auxílio a si, assim como outros poetas e historiadores o fizeram na Antiguidade.

Sabe-se, entretanto, que parte dos três discursos do *Tratado Político* foram lidos em seção da Academia Brasílica dos Esquecidos, em maio de 1724, quando Rocha Pita a presidiu. Nesta ocasião, o acadêmico Vago ou resumiu o *Tratado* ou, com base no texto de 1715, ou com base no texto de 1730 em preparo, compôs a *Oração*. Ela tem como propósito discorrer sobre o fausto dos homens, as fadigas com que fundaram monarquias, os meios com que as adquiriram e as ampliaram, pretendendo um só monarca dominar muitos impérios. Rocha Pita propõe-se argumentar que a monarquia portuguesa há de ser no mundo católico mais permanente e mais firme que todas as monarquias já vistas, como faz no *Tratado* e na *História*. Basicamente a *Oração* é composta de trechos semelhantes ao *Tratado Político* com relação ao “Discurso Segundo”, sendo que somente alguns eventos dos demais discursos coincidem⁵.

Voltando ao texto de 1715, Rocha Pita louva, no *Tratado Político*, as ações de D. Pedro Antônio de Noronha, atribuindo ao capitão maior valor do que tiveram Hércules Líbico e Hércules Tebano. Afirma que os motivos de dedicar o tratado ao vice-rei residem em sua origem nobre. O letrado adverte que, caso o capitão de mar e terra venha a julgar excessivo o texto apresentado, lembre-se de que “nos mapas cabem imensas zonas e que um membro só basta para representar a grandeza de um só corpo” – em uma nítida referência à representação de monarquia, sendo o rei a cabeça (membro) e os súditos, o corpo – tornando-se justificável, em pequeno espaço, narrar tamanha matéria. Provavelmente está citando velha anedota contada por Tesouro, por exemplo, sobre o pintor Timantes, engenhosíssimo. Tinha que pintar um gigante e fez só o dedão do pé, mais alto que as colunas de um templo. Com isso conseguiu sugerir a altura enorme do monstro, sendo muito aplaudido. Entretanto, será no “Discurso Segundo” do *Tratado Político* que Rocha Pita fundamentará, na religião católica, a monarquia portuguesa, essa ideia de império, como

5 Para uma leitura na íntegra da “Oração”, cf. CASTELO (1978). Sobre as semelhanças na escrita entre esses textos de Pita, cf. SINKEVISQUE (2019).

providencialista, como sendo o Quinto Império universal. No “Discurso Segundo”, apresenta uma única tópica no argumento, com a qual orientará e defenderá a ideia de que Portugal foi escolhido para ser o maior império do mundo. As razões apoiam-se no argumento de nunca ter havido cismas, alterações, inconstâncias e o surgimento de heresiarcas nesse reino, como aconteceu em França, na Espanha, na Grécia, em Roma e na Alemanha, que levassem à dúvida do fundamento e firmeza da religião católica como base da monarquia portuguesa. Esse “Discurso” é todo composto de noções providencialistas. Dentre as três matérias – “são mais prodigiosas as maravilhas de Deus imediatas só à sua onipotência, a mais estendida e permanente monarquia da Terra há de ser a de Portugal, e o motivo pelo qual foi escolhido este reino para tão grande império” – presentes no “Argumento” do primeiro parágrafo, tem-se que a segunda é a tópica, mediada por uma suposição (de que as maravilhas de Deus, através da natureza, são admiráveis) e pela inferência do discurso humano (de que Portugal foi o escolhido para maior império do mundo)⁶. Sebastião da Rocha Pita compôs o *Tratado Político* com objetivo de demonstrar que a ação de D. Pedro II no rompimento de paz com Castela, na Guerra de Sucessão da Espanha, 1703, em favor do rei Carlos III, foi acertada, pois está fundamentada na tópica da guerra justa. **Tópica** com a qual o letrado argumenta em favor da conservação ou ampliação da monarquia. Tópica teológico-político-retórica que conceitua as guerras como necessárias para aumento e conservação das monarquias. O rei pode declarar a guerra quando julgar justo e necessário, por ser esta uma prerrogativa sua, de governante, além de ser a guerra gloriosa a quem a empreende e ter fortalecido todos os impérios que a fizeram, como ensina a história mestra da vida, lida nos séculos XVII e XVIII em chave ciceroniana. Essa tópica é definida, por exemplo, por João Botero (“Da Razão de Estado”) como um dos argumentos ou uma das razões para se conceituar Razão de Estado, ao articular a noção de que uma guerra empreendida para ampliação ou conservação da Monarquia é guerra justa (BOTERO, 1992)⁷. A unidade teológico-político-retórica é hipótese com a qual João Adolfo Hansen, nos anos 1980, lê a poesia atribuída a Gregório de Matos Guerra. Depois, com a qual Alcir Pécora, nos anos 1990, lê os sermões do Padre Antônio Vieira. Em linhas gerais, por teológico-político pode se entender o campo doutrinário das ideias e pensamentos aristotélico-tomistas da chamada “segunda escolástica” mobilizados nas Letras dos séculos XVI, XVII e XVIII, na doutrina do poder absoluto. Os lugares-comuns dessa doutrina são quase sempre interpretados providencialmente nos diversos gêneros discursivos que as práticas letradas desempenham. Por retórico, pode-se entender retóricas em usos. Em outras palavras, as atualizações de Aristóteles (*Retórica*, *Poética*, **Ética**); Cícero (*Do Orador*, principalmente), de Quintiliano (*Instituição Oratória*), entre outras. Reposições (atualizações) de gêneros (demonstrativo, deliberativo, judicial) e de categorias da invenção, da disposição e da elocução. Nos séculos XVI/XVII/XVIII, letrados/artífices não separam esses três conceitos, mas os entendem como unidade indivisível. Em oposição às leituras românticas, a respeito de Gregório de Matos/Vieira, esses trabalhos, semelhantes nas diferenças, operam indução, não deduções, pois não aplicam critérios exteriores aos objetos estudados; ao contrário, propõem “arqueologias”, reconstruções de modelos, levando em conta os modos de pensamento das invenções retóricas

6 As tópicos do *Tratado Político* foram descritas e definidas em seus sentidos analógicos por Eduardo Sinkevisque (SINKEVISQUE, 2012).

7 Botero não é o único a doutrinar Razão de Estado. Lembre-se de Justus Lipsio (*Politurum libri sex*, 1589); Sebastião César (“Suma Política”, 1649) e de Saavedra Fajardo (*Idea de um Príncipe Político Cristão*, 1642). Para a economia deste artigo, Botero, penso, é a referência mais forte.

dos textos, bem como as constituições, circulação e recepção dos textos. Na nota à segunda edição da *Sátira e o Engenho*, Hansen adverte que sua tese

reconstitui a primeira legibilidade normativa da sátira atribuída desde o século XVIII ao poeta seiscentista Gregório de Matos e Guerra. É legibilidade modelada como retórica do conceito engenhoso e teologia-política neo-escolástica, incluindo-se na racionalidade de Corte da ‘política católica’ portuguesa do século XVII. (HANSEN, 2004, p. 23).

É fundamental, para entender conceitualmente o que se vem chamando de proporção decorosa do Império, seus representantes hierárquicos e algumas das representações textuais dessa proporção, conceitos como os de analogia e de decoro. A analogia é utilizada para permitir o encontro do humano com o divino, na história. A analogia tem sentido tomista de participação que as criaturas têm em Deus enquanto Seus efeitos. Ela é estabelecida, escolasticamente, na relação entre o natural e o divino e utilizada no discurso como base para o “ornato”, entre conceitos engenhosos e os sinais divinos no mundo, entre as figuras da técnica discursiva e as da providência.

Como quarta qualidade da elocução, segundo Cícero, no *De Oratore* (III, C IV), o decoro é para Quintiliano, nas *Instituições Oratórias* (XI, CI), a mais necessária delas, pois dá o efeito desejado e orna o pensamento condizente ao fim proposto. Quintiliano divide o conceito como sendo ou das coisas ou das palavras, em meio à noção de utilidade e decência, sendo que o decente é o proveitoso, o que se aconselha honestamente. A relação entre este conceito e a elocução (*elocutio*) é imediata, pensando-se que o decoro é noção vigente na matriz dos estilos. Com ele se prescrevem as conveniências específicas do gênero, da matéria de que se trata, de quem fala ou escreve, sobre quem se fala, a quem se fala ou se escreve e dos lugares de onde se fala, havendo tantos decoros quantas são as decências e as finalidades elocutivas. A elocução é a parte da Retórica que se ocupa de tropos e de figuras (ornatos), da ornamentação do discurso. Com ela se cumprem funções deleitadoras do discurso, para que ele não fique árido, nem enfadonho. Funciona, pois, como antídoto do tédio.

O retor que define *elocutio* com exatidão, ao lado de Aristóteles, é Quintiliano. Nas *Instituições Oratórias* (L.III. 8, 10), lê-se que *elocutio* “não é outra coisa, senão exprimir e comunicar aos ouvintes tudo o que tiver sido concebido pela mente. Na elocução estão “os vícios e as virtudes da eloquência”, cabendo essa parte do discurso fornecer “beleza” ao texto, “naturalmente” e não de modo “contrafeito” ou “afetado”.

Os textos trabalhados, suas *personae* encomiásticas, são análogos de Deus que, em sentido tomista, levam à verdade. A verdade proposta por meio da narrativa histórica setecentista, na *História*, no *Tratado*, nos elogios fúnebres e nos poemas, é forjada por tópicos providenciais, associadas à relação paternal de Deus para com o povo. Vontade de Deus associada à providência, como eleição e nas relações de proporções decorosas.

A alegoria, quarto gênero dos tropos, divide-se em alegoria verbal e real, sendo que a verbal ou é total ou mista. Quintiliano interpreta a alegoria verbal como uma inversão do sentido, que mostra uma coisa nas palavras e outra nos sentidos e, às vezes, também o contrário. Com

relação à sua configuração total ou mista, Quintiliano adverte que raras são as vezes em que a alegoria é total, em virtude de se usar nomes em sentido próprio ao lado de metáforas. Na alegoria real, as palavras são próprias e exprimem realmente uma ação ou verdadeira ou fingida. Ao admitir que se pode compor alegorias a partir de metáforas em conjunto a palavras em sentido próprio, Quintiliano conceitua esse tropo como sendo uma continuação de metáforas, metáfora da metáfora, portanto, metáfora continuada (QUINTILIANO, 1778, p. 207-212), caso do uso nos textos analisados de Sebastião da Rocha Pita. O acúmulo de metáforas continuadas constrói a alegoria para o tamanho do Império português de Antigo Regime à proporção das *personae* discursivas.

João Adolfo Hansen entende a alegoria como um procedimento construtivo de ornamentação de discursos a partir da discussão de regras que validam seu uso, dizendo que, no século XVII, por exemplo, este tropo se torna regra, depois de ter sido exemplo, conceito, parábola, incongruência, transparência etc. (HANSEN, 1987, p. 1). A alegoria foi várias vezes retomada. Antes de Quintiliano, Cícero se ocupa dela no *De Oratore*. Afirma também o orador latino que a alegoria é uma metáfora continuada, porque não consiste em uma só palavra transladada, porém em muitas continuadas, de modo a se dizer uma coisa e se produzir o entendimento de outra (CÍCERO, s/d, p. 220). Hansen distingue, porém, dois modos de ver a alegoria. O conceito pode ser entendido como um modo de escrever, procedimento construtivo, como se disse acima, e um modo de ler, como procedimento interpretativo. Tendo sido constituída pela retórica antiga, é uma modalidade da elocução. Acrescenta ainda na definição que se trata de uma técnica metafórica de representar abstrações e por isso personificá-las. Diz que a alegoria é mimética, é da ordem da representação, funcionando por semelhança (HANSEN, 1987, p. 1-2).

O estudo de Hansen sobre a alegoria é amplo e vasto. A investigação abarca duas espécies complexas de alegorias, sendo elas a dos teólogos e a dos poetas. Não cabe aqui esgotar considerações sobre esse trabalho. No entanto, é preciso ler, em síntese, a distinção proposta para as espécies de alegorias. A primeira espécie é “figura”, “figural”, “tipo”, “antitipo”, “tipologia”, “exemplo”. “Não é um modo de expressão retórico-poético, mas de interpretação religiosa dos textos sagrados”, portanto alegoria hermenêutica e não construtiva, nem retórica. A segunda espécie é uma semântica de realidades reveladas por palavras, dispositivo retórico para a expressão, parte de um conjunto de preceitos técnicos que regulamentam as situações em que o discurso pode ser ornado. Hansen propõe que, no século XV, a alegoria é operada como técnica da invenção e da interpretação de enigmas, como composição de emblemas, divisas e *rebus*, como arte combinatória mágica, como ornamentação verbal e “plástica”, como transposição. Hansen explica que, como misto retórico-hermenêutico, essa espécie de alegoria deixa de ter os sentidos anteriores tanto retórico antigo quanto hermenêutico medieval (HANSEN, 1987, p. 66).

Entre as inúmeras considerações sobre o tema levantadas por João Adolfo Hansen frente à questão da alegoria ou

a um texto que se supõe alegórico, o leitor tem dupla opção: analisar os procedimentos formais que produzem a significação figurada, lendo-a apenas como convenção linguística que ornamenta um discurso próprio, ou analisar a significação figurada nela pesquisando seu sentido primeiro, tido como preexistente nas coisas e, assim, revelado na alegoria. (HANSEN, 1987, p. 2).

Para Baltasar Gracián, a alegoria pertence ao segundo gênero das “agudezas compostas”. Ao lado das épicas e dos diálogos, o jesuíta prescreve a alegoria como agudeza continuada, composta de ficção (GRACIÁN, 1987, p. 173).

A lente de Emanuele Tesauro enxerga a alegoria igualmente como metáfora continuada, como a agudeza mais perfeita, porque afirma que ela se forma a partir da segunda operação do entendimento, como continuação da “metáfora simples”. Ou seja, a dialética, aristotelicamente pensada, pois a primeira é a lógica e a terceira é o engenho, segundo as preceptivas de Gracián e Tesauro, que releem o Estagirita. Tesauro adverte que há tantas distinções entre alegorias quanto as há entre as “metáforas simples”. Assim, como oito são as espécies de metáforas, oito são também as de alegoria, como de proporção (caso dos usos de Rocha Pita aqui demonstrados), de atribuição, de equívoco etc.

A lente do conde Tesauro deixa entrever que

mais perfeitas serão aquelas que se formam com a segunda operação do entendimento, qual seja a alegoria, (...) a continuação da metáfora simples (...) tantas são as diferenças da alegoria, quantas as da metáfora, podendo-se chamar uma, alegoria de proporção, outra de atribuição, a terceira de equívoco; e assim das outras cinco figuras já ditas. (TESAURO, 1741, p. 70).

Hansen lê Cesare Ripa, do *Iconologia*, e afirma que no século XVII a alegoria se torna “definição ilustrada”, conceito derivado da lógica aristotélica como classificação em gêneros e subgêneros, espécies etc. A alegoria imita articulações do pensamento, as da coisa, como lógica do conceito, pela definição, classificação, divisão, subdivisão etc. É uma técnica de produção de imagens, metáforas e alegorias, refeita pela invenção e pela representação. Entre as metáforas, Hansen explica que a preferência é por metáforas de proporção (A:B:B:C – como entimema silogístico em que, por exemplo, “o copo é escudo de Baco assim como o escudo é o copo de Marte. O escudo é para Marte o que o copo é para Baco”). Relação diretamente proporcional entre duas propriedades e duas substâncias (copo-Baco/escudo-Marte). Assim, torna-se uma invenção porque o conceito é um pensamento, pois é técnica de dar forma a um pensamento em uma matéria através de imagens. (HANSEN, 1987, p. 86-87).

A leitura dos excertos de textos de Rocha Pita pressupõe conceitos da retórica antiga e de parte da preceptiva do século XVII sobre a metáfora e a alegoria, conforme exposto. Considera-se que esses textos foram confeccionados levando-se em conta tais princípios de composição.

O uso de termos (conceitos) como orbe, círculo, domínio, hemisfério, estrelas, planetas aplicados em continuidade na narrativa em cada um dos textos, e de um texto para outro, no conjunto, em sentido metafórico, formam a proporção decorosa alegórica das figuras ilustres

com o Império que elas representam, como “gente de representação”. Orbe, Planeta, Estrela estão para Império em grandeza assim como as supostas grandezas da gente nobre, reis, rainhas, heróis, varões, senhoras, mecenas que representam esse Império.

Referências

ANÔNIMO. *Retórica a Herênio*. (Obra atribuída a Cícero). Tradução, introdução e notas de Henri Bornecque. Paris: Garnier, s/d.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. Intr. de Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Coordenação e introdução Luis Reis Torgal. Tradução Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1992.

CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1978.

CÍCERO, Marco Túlio. *De Oratore*. In: **Obras Escolhidas**. Buenos Aires: Livraria El Ateneu Editorial, s/d.

CHAUVIN, Jean Pierre. “Dissimulação, honestidade e transparência na poesia acadêmica do século XVIII”. In: *A Pesquisa em Literatura Portuguesa – Homenagem ao Prof. Francisco Maciel Silveira*. Organizadores Flávia Maria Corradini, Carlos Gontijo Rosa, Maria Gialluca Domene e Robin Driver. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020, pp. 332-351.

CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: Vários Autores. *Modos de Governar – Ideias e Práticas Políticas no Império Português Séculos XVI a XIX*. Organizadoras Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “Prefácio”. In: Vários Autores. *Modos de Governar – Ideias e Práticas Políticas no Império Português Séculos XVI a XIX*. Organizadoras Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005.

GRACIÁN, Baltasar. *Agudeza y Arte de Ingenio*. 2 Tomos. Edição, introdução e notas de Evaristo Correa Calderón. Madrid: Clásicos Castalia, 1987.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora da Unicamp, 2004.

HANSEN, João Adolfo. “Barroco, neobarroco e outras ruínas”. In: _ *Teresa – revista de literatura brasileira*. USP/Editora 34, 2002. Nº 2, pp. 11-12.

HANSEN, João Adolfo. “Notas de Aula e Programa de Disciplina”. In: _ *Práticas de Representação dos séculos XVII e XVIII*. Curso de Pós-Graduação. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. (*mimeo*).

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. 2ª edição. São Paulo: Atual, 1987.

HESPANHA, Antônio Manuel. “Les autres raisons de la politique – L’ économie de la grâce”. In: _ *Recherche sur l’histoire de l’État dans le monde ibérique*. Paris: Presses de l’École Normale Supérieure, 1993.

HESPANHA, Antônio Manuel. “Os Bens Eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, Padroados e Comendas”. In: _ TEGARRINHA, José (coord.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC/EDUNESP, 2000.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos – Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo/Salvador: HUCITEC/UFBA, 2004, p. 17.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno – Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. “A noção de império na monarquia portuguesa setecentista”. In: *VI Jornada Setecentista*, 2005, Curitiba. Programação e Resumos. Curitiba: Casa Editorial Tetravento, 2005. v. 1. p. 8-8.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento: a unidade retórico-teológico-política nos sermões do Padre Antônio Vieira*. São Paulo/Campinas: EDUSP/EDUNICAMP, 1994.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa, desde o anno de 1500 de seu descobrimento até o de 1724*. Lisboa: Off. de Joseph Antônio da Sylva, 1730.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. Bahia: Imprensa Econômica, 1878.

PITA, Sebastião da Rocha. “Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita Presidindo na Academia Brasílica” (1724). In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1978, vol. I, T. 1.

PITA, Sebastião da Rocha. **Sumário da vida e morte da exma. senhora D. Leonor Josefa de Vilhena e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia**. Lisboa ocidental: Off. de Antonio Pedrozo Galram, 1721.

PITA, Sebastião da Rocha. **Tratado Político**. 1715. MSS-30, Reservados da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

PITA, Sebastião da Rocha. **Tratado Político**. 1715. Pertencente ao Catálogo da Coleção Salvador de Mendonça, ABN, 27, 1-126. Localiza-se no setor de Manuscritos com códice encadernado 4,1,23 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

PITA, Sebastião da Rocha. **Tratado Político (1715) / Sebastião da Rocha Pita – Estudo Introdutório, transcrição, índices, notas e estabelecimento do texto por Eduardo Sinkevisque**. Prefácio de João Adolfo Hansen. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2014.

PITA, Sebastião da Rocha. **Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo que na insigne cidade da Bahia, cabeça da América portuguesa, se viu na morte d’el rei D. Pedro II**. Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1709.

QUINTILIANO, Marcus Fabius. **De Institutione Oratoria (Institution Oratoire)**. Trad. Henri Bornecque. Paris: Garnier, s/d, 5 vols.

QUINTILIANO, Marcus Fabius. **Instituição Oratória. Traduzidas com notas críticas, históricas e retóricas de Jeronymo Soares Barboza**. Tomo I. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788. Tomo II. Paris: Livraria Portuguesa de J.P. Aillaud, 1836 (reedição da edição de 1788).

SILVEIRA, Pedro Telles da. “O pincel de Timantes: pintura, erudição e panegírico na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1730)”. **Temporalidades** – Revista de História, 24, V. 9, N. 2 (mai./ago. 2017), pp. 299-323.

SINKEVISQUE, Eduardo. “Tratado Político (1715), de Sebastião da Rocha Pita e o Gênero Histórico dos Séculos XVII / XVIII”. In: **Hidra Vocal: Estudos sobre Retórica e Poética (Em Homenagem a João Adolfo Hansen)**. Organização Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, Marcelo Lachat e Lavínia Silveiras. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020, pp. 251-261.

SINKEVISQUE, Eduardo. “Exercícios retóricos: *Progymnasmata* em Sebastião da Rocha Pita”. **Letras**, Santa Maria, Especial, n. 1, p. 191-204, 2019.

SINKEVISQUE, Eduardo. “Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) – Apresentação: Eduardo Sinkevisque – História da América Portuguesa (1730)”. In: **Historia e Historiadores no Brasil – da América portuguesa ao Império do Brasil – c. 1730-1860**. Organizadoras: Flávia Varela, Maria da Glória de Oliveira, Rebeca Gontijo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, pp. 17-42.

SINKEVISQUE, Eduardo. “Tratado Político (1715), de Sebastião da Rocha Pita: galeria de tópicos”. In: **Contexto**. Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. Nº 22, 2012/2, pp. 199-253.

SINKEVISQUE, Eduardo. “A *História da América Portuguesa* (1730) de Sebastião da Rocha Pita na História da Literatura Brasileira”. **Anais do VII Simpósio Internacional de História da Literatura** (PUC/RGS), 2007.

SINKEVISQUE, Eduardo. **Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero**. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000. (a)

SINKEVISQUE, Eduardo. “Breve Relação sobre o ‘Tratado Político’ (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma Notícia Dividida em Quatro Anatomias”. **Estudos Portugueses e Africanos**, Campinas (36): 59-80, jun/dez, 2000. (b)

SUAREZ, Francisco. **De legibus ac Deo legislatore**. Edição bilíngüe de Luciano Pcrefia e Vidal Abril. Madri, Conselho Superior de Investigações Científicas, 1975. Livro III, capítulo I, § 5-11. (Corpus Hispanorum de Pace, vol. XV)

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica: Basílio da Gama e a Poética do Encômio**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

TESAURO, Emanuele. **Il Cannocchiale Aristotelico**. *Esto es, Anteojo de Larga Vista, Idea de la Agudeza, Ingeniosa Locucion, que Sirve a Toda Arte Oratoria, Lapidaria, y Symbolica, Examinada com los Principios del Divino Aristoteles*. 2 Tomos. Tradução de Frei Miguel de Sequeyros. Madrid: Antonio Marin, 1741.

Vários Autores. **Modos de Governar – Ideias e Práticas Políticas no Império Português Séculos XVI a XIX**. Organizadoras Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini. São Paulo: Alameda, 2005.